

# ANGOLA

## APRESENTAÇÃO SUMÁRIA

Angola é um república constitucional. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), dirigido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, tem vindo a governar desde a independência em 1975 e exercido um controlo apertado e centralizado sobre o planeamento governamental, a elaboração de políticas e os órgãos de comunicação social. Em 2008 o governo realizou as primeiras eleições legislativas desde 1992. Os observadores nacionais e internacionais informaram que o acto eleitoral em todo o país foi pacífico e credível, em geral, apesar de o partido no poder estar em situação de vantagem devido ao controlo estatal dos principais órgãos de comunicação social, e de outros recursos, bem como às graves falhas logísticas que mancharam o acto eleitoral na capital, Luanda. As forças de segurança estavam subordinadas às autoridades civis.

As três violações dos direitos humanos mais significativas foram a falta de um sistema judicial e a ineficiência judicial, os limites à liberdade de reunião, associação, expressão e imprensa, e a restrição dos direitos dos cidadãos a elegerem oficiais a todos os níveis.

Entre as violações dos direitos humanos incluíram-se: castigos cruéis e excessivos, incluindo tortura e espancamento assim como assassinatos pela polícia e militares; condições precárias dos centros de detenção; prisão e detenção arbitrárias; prisão preventiva prolongada; impunidade para os infractores dos direitos humanos; infracções dos direitos de privacidade dos cidadãos e despejos forçados sem compensação; corrupção das autoridades; restrições das organizações não-governamentais (ONG); discriminação e violência contra as mulheres; abuso infantil; tráfico de pessoas; discriminação de pessoas portadoras de deficiência; indígenas e pessoas seropositivas; limitações dos direitos dos trabalhadores e trabalho forçado.

O governo tomou medidas para condenar ou castigar as autoridades que cometem violações; no entanto a responsabilização foi limitada devido a uma falta de sistemas de controlo, falta de capacidade institucional, a uma cultura de impunidade e à ampla corrupção governamental.

## **Secção 1. Respeito pela Integridade da Pessoa Humana, incluindo Protecção contra:**

### **a. Privação Arbitrária ou Ilegal da Vida**

Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores houve vários relatos de que o governo ou os seus agentes cometeram assassinatos por motivos políticos. Os partidos da oposição, os activistas dos direitos humanos e os meios de comunicação social nacionais divulgaram que as forças de segurança mataram arbitrariamente pelo menos quatro pessoas durante o ano.

Em Março, o partido da oposição, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), publicou uma lista de nove casos de morte ou desaparecimento na província do Huambo em 2010, que a UNITA referiu serem motivados por razões políticas. A comissão da Assembleia Nacional investigou as alegações durante o ano e concluiu que não se registaram casos de intolerância política no Huambo. No entanto, a sociedade civil criticou o relatório.

Em Outubro, Januário Armino Sikaleta, secretário municipal da UNITA no Bocoio, na província de Benguela, foi assassinado. Os representantes da UNITA em Benguela suspeitaram que Januário era uma das nove pessoas assassinadas durante o ano, na província, por motivos políticos.

O governo fez alguns progressos na condenação dos agentes policiais responsáveis pela violação dos direitos humanos. No entanto, a impunidade continuou a prevalecer e os resultados das investigações dos abusos das forças de segurança raramente foram divulgados.

Os meios de comunicação nacionais e os activistas locais dos direitos humanos informaram que o uso de força excessiva por parte da polícia levou à morte de pessoas.

Não se registaram desenvolvimentos nos casos divulgados de mortes arbitrárias em 2010.

As Forças Armadas de Angola (FAA) realizaram operações de contra-insurreição contra a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), o que, alegadamente, provocou várias mortes. As FAA responderam a pelo menos um ataque da FLEC contra alvos civis.

Em Janeiro de 2010 a FLEC reivindicou um ataque contra a equipa nacional togolesa de futebol quando esta se encontrava a caminho de Cabinda para participar no Campeonato Africano das Nações. Morreram três pessoas e nove ficaram feridas. Foram detidas duas pessoas por envolvimento directo e seis por envolvimento tangencial. Das duas primeiras, uma pessoa foi sentenciada a 24 anos de prisão e a outra foi absolvida; as seis detidas por envolvimento tangencial foram libertas em Dezembro de 2010.

As minas terrestres antipessoais colocadas durante a guerra civil continuam a constituir uma ameaça. De acordo com a Comissão Nacional para Desminagem e Assistência Humanitária, os acidentes com minas e outros resíduos de guerra explosivos (ERW) mataram 10 pessoas e feriram pelo menos 23 durante a primeira metade do ano. Um relatório da imprensa divulgado posteriormente indicava 42 vítimas das minas terrestres antipessoais. O governo continuou a reforçar e a expandir a capacidade nacional de desminagem durante o ano e estabeleceu parcerias abrangentes com ONG internacionais no que respeita a operações de desminagem e informação sobre os riscos que as minas representam.

#### **b. Desaparecimento**

Não houve registo de desaparecimento de pessoas por motivos políticos. Os meios de comunicação social locais divulgaram que tinham "desaparecido" pessoas que se encontravam sob custódia policial ou militar após uma manifestação pública em 3 de Setembro. A localização dos detidos foi divulgada nos três dias subsequentes e foi-lhes concedido um julgamento atempado em conformidade com a lei.

Em Maio de 2009 o presidente de um movimento local para a autonomia e independência, Jota Malakito, foi detido pela polícia e mantido em condições de incomunicabilidade. Em Outubro de 2010 foi julgado com outras 33 pessoas acusadas de crimes contra a segurança do Estado e de instigação à revolta. Em Janeiro de 2011, Malakito e os outros 33 detidos foram libertos após o seu advogado ter invocado *habeas corpus* porque a lei relativa aos crimes contra a segurança estadual tinha sido revogada.

#### **Tortura e Outras Formas de Tratamento ou Castigo Cruéis, Desumanas ou Degradantes**

A Constituição e a lei proíbem este tipo de práticas; no entanto, as forças de segurança governamentais torturaram, espancaram e usaram ainda de outras formas de abuso de pessoas. Ao contrário dos anos anteriores, foram raros os

relatórios sobre espancamentos e outras formas de abuso nas esquadras da polícia durante os interrogatórios.

A polícia e outras forças de segurança não foram responsabilizadas pelos actos de tortura cometidos nos anos anteriores. Apesar do governo ter punido alguns transgressores administrativamente, foram accionadas poucas acções penais durante o ano.

O governo continuou a realizar operações em todo o país para identificar, deter e expulsar imigrantes ilegais particularmente das províncias fronteiriças da República Democrática do Congo (RDC), Cabinda, Zaire, Uige, Lunda Norte e Lunda Sul. Em particular, na província de Lunda Norte, rica em diamantes, as ONG e a comunicação social divulgaram notícias sobre actos de violência e tratamento degradante, nomeadamente violação e abuso sexual, associados com estas operações. Em conformidade com um relatório de uma ONG internacional, entre Abril e Outubro, a polícia expeliu cerca de 38.000 imigrantes ilegais. Em conformidade com a mesma ONG, mais de 2.000 deportados declararam ter sido vítimas de violência sexual e 7.000 de violência física. Com base numa missão de avaliação entre os que regressaram à RDC, um relatório da ONU de 2010 citou 117 vítimas de violência sexual em Outubro. As vítimas, imigrantes ilegais oriundos da RDC, revelaram terem sido detidas e violadas por autoridades militares ou policiais antes de serem expulsas para a RDC. O governo respondeu que as alegações eram infundadas, mas revelou ter descoberto um caso de violação sexual. Durante o ano, o alegado agressor foi condenado e sentenciado a uma pena de prisão desconhecida.

Os agentes policiais e de imigração nos postos de controlo da fronteira extorquiram dinheiro dos viajantes e assediaram os repatriados e refugiados.

De acordo com um relatório de uma ONG publicado em Agosto, uma autoridade local em Luanda Norte, revelou que a polícia fronteiriça forçou as pessoas a despirem-se e realizou buscas nos orifícios corporais em homens e mulheres para detecção de diamantes. A mesma autoridade revelou que a polícia aceitou subornos.

Ao contrário do ano anterior, não se registaram casos de abuso por parte das Forças Armadas.

Um partido político divulgou abusos por parte de companhias do sector privado em Lunda Norte. Nos anos anteriores os activistas dos direitos humanos revelaram que

as companhias de segurança privadas contratadas por empresas ligadas ao negócio de diamantes para protegerem as suas concessões da exploração ilegal tinham cometido violações.

Os ferimentos causados por minas terrestres antipessoais e outros resíduos de guerra explosivos continuaram a verificar-se, uma vez que a melhoria das infra-estruturas tornou possível o aumento do movimento de pessoas e bens nas áreas rurais afectadas pela guerra. Pelo menos 10 pessoas foram mortas e 23 feridas por engenhos por explodir (consultar secção 1.a.) durante o ano. Um relatório da imprensa divulgado em Novembro indicava 42 vítimas das minas terrestres antipessoais.

### **Condições das Prisões e dos Centros de Detenção**

As condições prisionais melhoraram durante o ano, apesar das ONG continuarem a divulgar casos de corrupção, sobrelotação e mortes devido à precariedade das condições.

A sobrelotação foi um dos principais problemas. De acordo com o Ministério do Interior e com notícias divulgadas na imprensa, em Novembro as 34 prisões tinham 11.692 lugares disponíveis para 19.898 detidos. A prisão de Viana, por exemplo, tinha espaço para 2.436 detidos mas em Setembro albergava 3.689. A prisão de Benguela foi construída para 1.500 detidos mas tinha mais de 1.800 de acordo com uma notícia publicada na imprensa em Abril.

Havia 9.234 homens em prisão preventiva e 10.113 a cumprir pena. Havia 551 mulheres, das quais 253 em prisão preventiva e 298 a cumprir pena. A maioria dos detidos tinha idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos.

O Ministério do Interior estava a construir cinco novas prisões nas províncias do Bengo, Luanda, Malange, Huambo e Cunene para criar mais 10.000 novos lugares e eliminar a sobrelotação até 2013. O governo abriu novos centros de detenção na Província do Bengo em 2010 e em Luanda e na Lunda Norte em 2011. As prisões novas, ampliadas ou reabilitadas, destinam-se a aliviar a superlotação que provocou motins em 2007 nos quais morreram pelo menos duas pessoas.

As condições prisionais variavam muito entre as áreas urbanas e rurais. Todas as prisões disponibilizaram alguns cuidados de saúde, saneamento, água potável e alimentação. A maioria dos detidos tinha direito a visitas e era habitual os familiares levarem-lhes alimentos, apesar de receberem alimentação na cadeia. Os

detidos têm direito a enumerar cinco visitas que podem entrar gratuitamente, mas as visitas que não figurarem da lista têm de pagar 50 kwanzas (\$0.52) para entrar. De acordo com uma notícia publicada na imprensa, os guardas, mal pagos, aceitam subornos até 1.000 kwanzas (\$10) das visitas que desejam entrar na cadeia de uma forma expedita e levar alimentos. Os guardas prisionais continuaram a exigir que os detidos pagassem os passes dos fins-de-semana aos quais tinham direito gratuitamente.

Pelo menos seis detidos morreram de causas desconhecidas; não foi apurado se morreram devido às condições prisionais ou a condições médicas pré-existentes.

As autoridades tomaram medidas para melhorarem os registos do centro de detenção e estavam a ser envidados esforços para se passar de um sistema de registos manuais para uma base de dados informatizada incluindo dados biométricos e uma hiperligação a outras agências, como à polícia e ao sistema judicial. Existiam estatísticas adequadas em cada centro de detenção, e as autoridades conseguiam localizar todos os prisioneiros.

A lei prevê que os prisioneiros tenham liberdade religiosa. O governo permite que os detidos apresentem queixas às autoridades judiciais e peçam uma investigação das condições. O governo investigou e monitorizou as condições das prisões e dos centros de detenção.

O governo permitiu visitas às prisões por parte de observadores independentes dos direitos humanos, diplomatas estrangeiros e observadores internacionais dos direitos humanos. Em Setembro uma delegação diplomática estrangeira visitou o novo centro de detenção no Lunda Norte e salientou que tinha saneamento, ventilação, iluminação, cuidados médicos, alimentação e não se encontrava superlotada. O Comité Internacional da Cruz Vermelha visita o Centro de Detenção de Cabinda regularmente. Em Dezembro, um porta-voz de uma ONG local, afirmou que tinha visitado as prisões de Luanda durante o ano e descrevia as condições como cada vez mais humanas.

Ao contrário dos anos anteriores, não se registaram casos de violações sexuais nas prisões. Os guardas não estavam autorizados a relacionarem-se com as detidas. Existiam indicações não comprovadas de violações sexuais entre os detidos do sexo masculino.

As crianças com idade inferior a três anos podem ficar com a mãe na prisão. Havia 83 crianças filhas de detidas e presidiárias, 16 das quais na prisão de Viana. As

crianças podiam sair da prisão com familiares. O Ministério do Interior colaborou com assistentes sociais para assegurar o bem-estar das crianças. As crianças deveriam receber suplementos alimentares, leite e fraldas e podiam beneficiar de um infantário.

Nas prisões provinciais as autoridades costumam albergar jovens, muitas vezes detidos por pequenos furtos, com adultos, porque não existem centros de detenção juvenis fora de Luanda. As autoridades prisionais de Luanda separaram os jovens do resto da população presidiária.

As autoridades também alojaram detidos em prisão preventiva juntamente com detidos condenados, bem como detidos a curto prazo com detidos que se encontram a servir penas longas por crimes violentos, especialmente em prisões provinciais.

Existe um gabinete independente do Provedor da Justiça para servir de mediador entre um público lesado e um gabinete ou instituição pública infractora. O gabinete não tem poderes adjudicativos ou para tomada de decisões, mas ajuda os cidadãos a acederem à justiça e aconselha as entidades governamentais sobre os direitos dos cidadãos. O gabinete também educa o público sobre o papel do Provedor da Justiça e os direitos humanos, e publica relatórios.

Os detidos recebem educação e formação vocacional para impedir que voltem a transgredir a lei e para uma melhor integração social. Em algumas prisões os detidos cultivavam alimentos e faziam pão para alimentação dos outros detidos e para venderem à polícia e no mercado local. A limitada formação vocacional era efectuada numa parceria público-privada com a indústria local. O trabalho era voluntário, e o ministério estava a estabelecer um sistema para remunerar os detidos pelo seu trabalho. Em algumas prisões os detidos tinham acesso a instalações para prática de desportos e recreio. Em Novembro o ministério inaugurou um hospital prisional em São Paulo.

#### **d. Prisão ou Detenção Arbitrárias**

A lei proíbe a prisão e detenção arbitrárias; no entanto, a lei permite que a polícia detenha uma pessoa durante seis horas, sem prova de crime, desde que haja uma suspeita razoável. Em geral, as forças de segurança não respeitaram estas proibições na prática.

De acordo com uma ONG local, a polícia prendeu algumas pessoas, arbitrariamente, sem o devido processo legal. Por exemplo, em Maio, um cidadão somali disse que ele e outros 30 tinham estado detidos na prisão Caxito na Província do Bengo desde 2009. De acordo com os detidos, não sabiam de que eram acusados nem tinham ido a tribunal. Os somalis entraram em Angola através da Zâmbia e não tinham passaportes.

Foi divulgado que tinham sido detidos cidadãos da província do Norte de Cabinda acusados de crimes contra o Estado. Em Novembro de 2010, a Assembleia Nacional aprovou uma nova lei sobre segurança estatal, substituindo a de 1978. De acordo com notícias divulgadas na imprensa, no dia 26 de Julho a polícia deteve nove jovens em Cabinda ao abrigo da nova lei de segurança estatal por "incitação à desordem social" quando estes tentaram entregar uma carta pedindo água, electricidade, respeito pelos direitos humanos e transparência a uma delegação internacional visitante. Todos foram absolvidos no dia seguinte.

### **O Papel da Polícia e do Aparelho de Segurança**

A Polícia Nacional, controlada pelo Ministério do Interior, é responsável pela segurança interna e manutenção da ordem pública. O Serviço de Inteligência Interna apresenta relatórios à presidência e investiga assuntos sensíveis relacionados com a segurança do Estado. As FAA são responsáveis pela segurança externa mas também têm responsabilidades de segurança interna, incluindo a segurança das fronteiras, a expulsão de imigrantes ilegais e acções de pequena escala contra os separatistas da FLEC em Cabinda.

As autoridades civis mantiveram o controlo efectivo das FAA e da Polícia Nacional e o governo tinha mecanismos para investigar e punir as violações e a corrupção. No entanto, durante o ano, registaram-se actos de impunidade envolvendo as forças de segurança. Em geral, as forças de segurança foram eficazes, apesar de, algumas vezes, brutais. Existiu impunidade, especialmente aos níveis mais altos de poder. A Polícia Nacional e as FAA têm mecanismos internos para investigar os abusos das forças de segurança e o governo disponibilizou alguma formação para reforma das forças de segurança.

Exceptuando o pessoal das unidades de elite, os agentes de autoridade eram mal pagos e a prática de suplementar o salário através da extorsão de civis encontrava-se generalizada. A corrupção e a impunidade continuaram a constituir graves problemas. A maioria das queixas era tratada pela Polícia Nacional através de medidas disciplinares internas, o que por vezes conduziu a um castigo formal,

incluindo despedimento. No entanto, o governo não estabeleceu mecanismos para acelerar as investigações e punir os alegados infractores e raramente divulgou ao público os resultados das investigações internas.

A polícia participou em formação profissional com agentes estrangeiros de manutenção da ordem pública de vários países da região.

### **Procedimentos de Detenção e Tratamento dos Detidos**

A lei requer que um juiz ou magistrado emita um mandato antes de uma pessoa ser detida, embora uma pessoa apanhada em flagrante delito possa ser detida imediatamente sem um mandato. No entanto, as forças de segurança nem sempre obtiveram mandatos de captura antes de deterem as pessoas. Em 2010, uma ONG local estimou que cerca de 75 por cento das buscas eram realizadas sem um mandato.

A Constituição assegura o direito à determinação judicial imediata da legalidade da detenção, mas geralmente as autoridades não respeitaram este direito na prática.

A lei determina que os detidos sejam informados das acusações efectuadas contra eles no prazo de cinco dias, ou o magistrado do Ministério Público pode autorizar que o suspeito regresse a casa, apresentando um mandato de vigilância à polícia local. Em geral, este procedimento foi posto em prática.

Se o crime for um delito leve, o suspeito pode ser detido durante 30 dias antes do julgamento. Se se tratar de um crime grave, o magistrado do Ministério Público pode prolongar a prisão preventiva até 45 dias por ordem do tribunal. A prisão preventiva pode ser prolongada por uma ordem do tribunal enquanto as autoridades estudam o caso. Os pedidos de prisão preventiva não são divulgados ao público, o que torna difícil determinar se as autoridades excederam os limites.

Existia um sistema de fiança que funcionava, mas de uma forma ineficaz, amplamente usado para crimes menores. Os detidos e seus familiares disseram que os guardas prisionais exigiam subornos para libertarem os prisioneiros. Os detidos têm acesso a um advogado, apesar de isto nem sempre acontecer na prática.

A lei impõe o acesso dos detidos a um advogado e prevê que o Estado disponibilize um advogado aos indigentes detidos. Muitas vezes estes direitos não são respeitados, em parte devido à escassez de profissionais no campo jurídico. A lei também concede aos familiares acesso imediato aos detidos; no entanto, isto foi

ignorado ocasionalmente, ou tornado condicional em função do pagamento de um suborno.

Detenções Arbitrárias: As prisões e detenções ilegais continuavam a ser um sério problema. As ONG continuavam a envidar esforços para assegurarem a libertação de pessoas detidas ilegalmente. Oficiais das forças de segurança detiveram arbitrariamente membros da oposição. Em 2010 o Club-K, uma fonte noticiosa online e independente, divulgou que a polícia tinha detido uma pessoa na província do Bié por ter participado numa reunião da UNITA. O membro da UNITA Alcildes Sakala informou que a polícia detivera 11 pessoas durante mais de dois dias por pertencerem à UNITA. Em resposta a relatórios idênticos da Província do Huambo em 2010 e 2011, uma Comissão de Inquérito Parlamentar alegou que não havia intolerância política.

De acordo com o partido da oposição, entre Março e Dezembro, as autoridades nos municípios de Balombo, Cubal e Ganda, na província de Benguela, detiveram e mais tarde libertaram 22 indivíduos por serem membros da UNITA. Foi detida, pelo menos, uma pessoa, durante uma semana. Desconhece-se a duração das outras detenções.

No dia 10 de Outubro, as autoridades no município de Cambulo, na Província Lunda Norte, detiveram Alfonso Marcasso por ser membro do Manifesto do Protectorado da Lunda Chokwe, de acordo com a mesma organização da sociedade civil. Foi transferido para o Dundo e continuou detido até fins de Dezembro, quando foi libertado. As autoridades nunca apresentaram queixa contra Marcasso.

Contrariamente aos anos anteriores, não se registaram casos de detenção, por parte das forças de segurança, de residentes de Cabinda suspeitos de actividades ou colaboração com as FLEC.

Os seis indivíduos detidos em Janeiro de 2010 em Cabinda por "crimes contra a segurança estatal" por colaborarem com as FLEC foram libertos em Dezembro de 2010.

Prisão Preventiva: Segundo a lei, as pessoas não deviam permanecer detidas por mais de 24 horas, mas muitas ficaram detidas durante vários dias. A prisão preventiva prolongada continuou a ser um grave problema. A existência de um número insuficiente de juizes e a fraca comunicação entre as autoridades contribuíram para o problema. A polícia espanca e depois liberta os detidos em vez de preparar um processo jurídico formal. Em alguns casos, as autoridades mantêm

os detidos no sistema prisional até dois anos antes do seu julgamento começar. As ONG divulgaram que mais de 50 por cento dos detidos se encontravam em prisão preventiva, muitos dos quais não tinham sido formalmente acusados. O governo não libertou os indivíduos detidos para além do prazo limite legalmente permitido, invocando que as libertações anteriores de detidos em prisão preventiva tinham provocado um aumento das taxas de criminalidade.

### **e. Negação de um Julgamento Público e Justo**

Apesar da Constituição prever um sistema judicial independente, este continuou a ter falta de pessoal, e a ser ineficaz, corrupto (consultar secção 4) e sujeito a influências executivas e políticas.

Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, o Ministério da Defesa não julgou civis nos tribunais militares.

Registaram-se grandes atrasos nos julgamentos ao nível do Supremo Tribunal. Nos tribunais penais também se verificou uma significativa acumulação de casos que provocava profundos atrasos nas audiências.

Os tribunais informais continuaram a ser as principais instituições através das quais os cidadãos resolviam os conflitos nas áreas rurais. Os líderes tradicionais também ouviam e decidiam sobre casos locais. Estes sistemas informais não deram aos cidadãos os mesmos direitos a um julgamento justo como o sistema legal formal. Em vez disso, cada comunidade estabelecia regras locais.

A maioria dos municípios não tinha magistrados do Ministério Público ou juizes. A polícia local servia muitas vezes de investigador, magistrado e juiz. Tanto a Polícia Nacional como as FAA têm sistemas de tribunal internos que geralmente estão encerrados ao escrutínio externo. Apesar dos membros destas organizações poderem ser julgados em conformidade com os seus regulamentos internos, os casos que envolvem violações das leis penais ou civis também podem ser abrangidos pela jurisdição dos tribunais provinciais.

### **Procedimentos Penais**

A lei prevê o direito a um julgamento justo; no entanto, o governo nem sempre respeitou este direito. Durante o julgamento os suspeitos devem estar na presença de um juiz e de um advogado de defesa. Deve-se presumir a inocência dos arguidos até que sejam condenados. Por lei, as audiências são geralmente públicas,

apesar de cada tribunal ter o direito de encerrar os processos. Não se aplica o sistema de júri. Os arguidos têm o direito de comparência e de consultarem um advogado de forma atempada. A lei prevê a disponibilização de um advogado a expensas públicas se um arguido indigente enfrentar fortes acusações de natureza penal. Fora de Luanda, o defensor público geralmente não era um advogado devido à escassez de pessoal qualificado. Os arguidos não têm o direito de confrontar os queixosos. Podem questionar as testemunhas de acusação e apresentar testemunhas e provas em seu favor. Na prática o governo nem sempre respeitou estes direitos.

Os arguidos e seus advogados têm o direito de acesso a provas retidas pelo governo relevantes para os seus processos. Além disso, os arguidos têm direito a recurso. Os advogados e os magistrados do Ministério Público podem interpor recurso se não estiverem de acordo com a sentença mas a sentença só pode ser modificada por um tribunal superior. Na prática, estes direitos nem sempre foram respeitados.

A lei abrange todos os cidadãos. Existe um tribunal separado, sob a tutela do Ministério da Justiça, para as questões relacionadas com as crianças, o qual faz parte do sistema judicial provincial de Luanda. O Tribunal de Menores de Luanda pronuncia-se sobre casos de menores de 18 anos vítimas de crime. O tribunal de menores também julga casos de menores entre os 12 e os 16 anos acusados de terem cometido crimes. Os menores com mais de 16 anos acusados de cometerem uma infracção penal são julgados no sistema judicial normal. Em muitas províncias rurais não existem tribunais de menores; por isso, os acusados são julgados como adultos.

O Presidente nomeia os juizes do Supremo Tribunal para cargos vitalícios sem confirmação da Assembleia Nacional. Em geral, o Supremo Tribunal ouve casos sobre alegados crimes políticos e crimes relacionados com a segurança.

### **Presos ou Detidos Políticos**

Houve relatos da existência de prisioneiros políticos. No fim do ano, sete activistas políticos do Movimento para Autonomia e Independência das Lundas continuavam detidos por crimes contra a segurança do Estado e por instigar à revolta. Os sete continuaram detidos apesar de ter sido revogada a lei da segurança estatal ao abrigo da qual tinham sido condenados. Em Outubro os sete prisioneiros iniciaram uma greve de fome. Até ao fim do ano o tribunal provincial de Lunda Norte ainda não tinha divulgado porque é que deveriam continuar detidos.

O activista político Antonio Txichicussula foi, alegadamente, detido em Fevereiro no distrito Lukapa em Lunda Norte por estar na posse de documentos relacionados com um grupo separatista local. Foi julgado, sentenciado e libertado em Setembro com liberdade condicional durante dois anos após pagamento de uma fiança de 45.000 kwanzas (\$473).

### **Decisões dos Tribunais Regionais de Direitos Humanos**

No fim do ano não havia informações adicionais sobre a decisão da Comissão Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos de 2010 contra Angola, nem uma recomendação que o governo estabelecesse uma comissão de inquérito para investigar a deportação de 126.264 estrangeiros em 2004.

### **Procedimentos e Soluções Judiciais Cíveis**

Apesar de a lei contemplar um sistema judicial independente e imparcial em questões cíveis, o sistema judicial foi sujeito a interferência política. Os tribunais cíveis funcionaram em algumas províncias mas enfrentaram graves atrasos. Em 2009 os tribunais cíveis de Luanda tinham pendentes mais de 2.000 processos cíveis. Era possível requerer no tribunal uma indemnização por danos nos casos de violações dos direitos humanos, mas não foram julgados quaisquer casos durante o ano.

### **Ingerência Arbitrária na Privacidade, Família, Habitação ou Correspondência**

A Constituição e a lei proíbem este tipo de acções mas, na prática, o governo nem sempre respeitou estas proibições. Por exemplo, a maioria dos cidadãos crê que o governo mantém sob vigilância certos grupos, incluindo críticos do governo, partidos da oposição e jornalistas. A lei da Assembleia Nacional sobre a cibersegurança foi excluída do debate após grupos da sociedade civil alegarem que prejudicava a liberdade de expressão e de imprensa.

### **Restituição da Propriedade**

A lei requer que os cidadãos não sejam deslocados sem que lhes seja atribuída uma indemnização justa. Na prática, mais de 6.000 pessoas foram deslocadas durante o ano, não tendo a maioria recebido uma indemnização justa. De acordo com a nova Constituição, a terra é pertença do Estado. O Estado invocou o facto de muitos dos

ex-residentes não terem um título de posse das habitações, que tinham sido construídas ilegalmente.

O governo exerceu o direito de expropriação para destruir residências privadas, apesar num menor número de vezes que no ano anterior. Os proprietários não foram compensados ao justo valor de mercado pela perda das suas casas ou terras.

No fim do ano, os residentes das 1.557 habitações destruídas no Lubango em Setembro de 2010 continuavam em campos de refugiados em Tchimukua e Tchavola. Uma ONG local revelou que os residentes tinham acesso limitado a água, abrigo, centros de saúde e educação, polícia e emprego.

## **Secção 2. Respeito pelas Liberdades Civis, Incluindo:**

### **a. Liberdade de Expressão e de Imprensa**

#### **Estado da Liberdade de Expressão e de Imprensa**

A Constituição e a lei prevêm a liberdade de expressão e de imprensa; no entanto, o controlo estadual da maioria dos órgãos de comunicação social, a existência de um número diminuto de órgãos de comunicação social privados fora de Luanda e a auto-censura por parte dos jornalistas limitaram a aplicação prática destes direitos.

Por exemplo, de acordo com um sítio da Internet independente, o Club-K, as notícias sobre as insurreições na Tunísia e no Egipto foram censuradas por medo de que levassem a comparações com o governo de 32 anos do Presidente dos Santos. Os chefes do MPLA, Dino Matross e Rui Falcão avisaram, na estação de rádio privada LAC, que o governo reprimiria qualquer protesto idêntico no país.

Liberdade de Expressão: Os cidadãos individuais também praticam a autocensura mas em geral puderam criticar o governo sem recearem represálias directas. O governo usou de repressão subtil e coacção económica para desencorajar as críticas, geralmente na forma de revogação de oportunidades de negócios ou de emprego. Por exemplo, uma ONG divulgou que os cidadãos muitas vezes retiraram o seu apoio a um partido político da oposição porque sofreriam represálias dos apoiantes do MPLA.

No dia 1 de Setembro, um grupo de jovens afirmou que as autoridades lhes tinham pedido que adiassem o seu protesto público contra dos Santos marcado para 3 de Setembro. O chefe do grupo, Carbono Casimiro, escreveu uma carta aberta na qual

alegava que o governo lhe tinha oferecido \$270.000 e oito carros para ele cancelar a manifestação.

Liberdade de Imprensa: Existiam 12 semanários privados e quatro estações de rádio comerciais com base em Luanda. Dizia-se que só três destas publicações, *Folha 8*, *Angolense* e *Agora*, não eram propriedade de grupos ou indivíduos ligados ao governo. As estações de rádio não-governamentais podiam transmitir apenas nas províncias onde tinham estabelecido antenas físicas. Apenas a estação estatal, a Rádio Nacional, tinha autorização para usar retransmissores para ampliar o alcance do sinal e, por isso, era a única estação a transmitir na maior parte do país. Assim se explica que a maioria das estações de rádio privadas só transmitisse em Luanda. A Rádio Mais, cujos proprietários se encontram associados ao partido no poder, também transmite no Huambo e em Benguela. A Rádio 2000, cujos proprietários também se suspeita que se encontram associados ao partido no poder, transmite em Huila.

A imprensa escrita e radiofónica independente criticou o governo de uma forma aberta e, por vezes, dura, mas por sua própria conta e risco. Os jornalistas locais não podiam criticar as autoridades governamentais, particularmente o Presidente, sem temor de serem presos ou intimidados.

O governo também restringiu as transmissões independentes nacionais através da promulgação de leis sobre licenciamento. No entanto, apesar dessas leis, a Rádio Mais transmitiu para três províncias fora de Luanda. Durante o ano, a Rádio Ecclesia negociou com o Ministério da Comunicação Social para ampliar a sua faixa de transmissão a cinco províncias, mas, no fim do ano ainda difundia apenas em Luanda. A estação estatal, a Rádio Nacional, abriu várias estações de rádio comunitárias durante o ano, incluindo a popular Rádio Cazenga.

As estações noticiosas oficiais, incluindo a Televisão Pública Angolana, favoreceram o partido no poder. Os partidos da oposição tiveram um acesso limitado aos meios de comunicação estatal e tiveram de pagar a cobertura de eventos e declarações.

Violência e Assédio: Durante o ano as autoridades prenderam, assediaram e intimidaram jornalistas. Por exemplo, no dia 7 de Março, a polícia deteve três jornalistas do jornal semanário independente *Novo Jornal*, por tentarem fazer a reportagem de um protesto planeado (consultar secção sobre liberdade de reunião). Mais tarde foram libertados sem terem sido julgados.

Em Outubro o repórter José Manuel Gimbi da Voz da América foi alvo de uma busca por presumíveis agentes à paisana que andaram de porta em porta no bairro em que reside. Ele não estava em casa nem foi lesado, mas apresentou queixa nas autoridades locais. Este caso foi largamente divulgado por alguns grupos de direitos humanos locais e internacionais como uma ameaça à vida de Gimbi.

No fim do ano não havia novas informações sobre os seis casos de jornalistas assaltados, atacados ou mortos em Setembro e Outubro de 2010.

Censura ou Restrições de Conteúdo: Durante o ano foram relatados casos em que as forças de segurança interferiram com as tentativas de os jornalistas tirarem fotografias ou filmarem. Por exemplo, durante a manifestação de 3 de Setembro, os jornalistas revelaram que indivíduos à paisana que se cria estarem ligados à polícia roubaram ou destruíram câmaras e equipamento de filmar.

Durante o ano os visitantes foram avisados para não tirarem fotografias de edifícios ou pessoas ligadas ao governo porque as forças de segurança poderiam confiscar as suas máquinas fotográficas ou detê-los.

Os activistas dos direitos humanos e os jornalistas praticaram a autocensura.

Leis sobre Difamação/Segurança Nacional: A difamação é um crime punível com prisão ou multa. A veracidade não é uma defesa aceitável contra a acusação de difamação; o acusado deve apresentar provas que comprovem a validade do material alegadamente prejudicial.

Em 2009, o jornalista Armando Chicoca foi acusado de difamar o Presidente do tribunal provincial de Namibe, António Vissandule. No dia 3 de Março, Chicoca foi condenado a um ano de prisão por difamação criminal. No fim do ano foi libertado sob fiança.

No dia 10 de Outubro, William Tonet, editor do jornal independente *Folha 8*, foi acusado de difamação criminosa contra altos dignatários pelo tribunal provincial de Luanda. O caso referia-se a um artigo publicado na *Folha 8* em 2008 alegando que estes dignatários tinham adquirido controlo das minas de diamantes na província de Lunda Norte sem um concurso público competitivo. Tonet interpôs recurso mas foi inicialmente condenado a um ano de prisão e a uma multa de \$100.000.

Restrições de Publicação: O Ministro da Comunicação Social, o porta-voz da Presidência e o Director Nacional de Informação continuavam a ter uma grande autoridade sobre os órgãos de comunicação social.

### **Liberdade da Internet**

Não houve restrições do governo quanto ao acesso à Internet nem registo de relatórios credíveis de que o governo tenha vigiado o correio electrónico ou salas de conversa na Internet. Tanto indivíduos como grupos puderam participar da troca de opiniões pela Internet, incluindo por correio electrónico. Em Novembro, pelo menos dois sítios da Internet noticiosos independentes foram vítimas, simultaneamente, de ataques de cancelamento de serviços, levando alguns a alegarem interferência governamental.

### **Liberdade Académica e Eventos Culturais**

Não se verificaram restrições governamentais da liberdade académica ou de eventos culturais.

### **Liberdade de Reunião e Associação Pacíficas**

#### **Liberdade de Reunião**

A Constituição e a lei prevêm o direito de reunião; no entanto, em certas alturas o governo restringiu este direito. Durante o ano foram realizadas, pelo menos, 10 manifestações públicas, apesar de a polícia ter detido algumas pessoas durante pelo menos cinco destas manifestações.

A lei requer que sejam enviadas notificações escritas ao administrador e à polícia locais três dias antes da realização de reuniões públicas, mas não exige autorização governamental para estes eventos. No entanto, por vezes o governo proibiu a realização de eventos com base na percepção ou invocação de questões de segurança. Os participantes eram potencialmente responsabilizados por “ofensas contra a honra e a consideração devidas a pessoas ou órgãos de soberania”. A polícia e os administradores não interferiram com as reuniões pró-governo. No entanto, os grupos que pretendiam criticar o governo ou as autoridades governamentais, enfrentaram muitas vezes resistência policial e justificações do governo quanto ao impedimento de realização dos eventos. Geralmente o governo argumentava que a data ou o local eram problemáticos ou que as autoridades não haviam sido notificadas.

Durante o ano, os activistas sofreram intimidação, incluindo ameaças de morte anónimas, devido ao seu envolvimento em manifestações públicas.

No dia 7 de Março, um grupo anónimo planeou uma manifestação para protestar contra o facto de o Presidente ocupar o cargo há 32 anos. Foram detidas catorze pessoas, incluindo três jornalistas do *Novo Jornal*. Mais tarde foram libertados sem terem sido julgados. Segundo declarações oficiais, eles tinham sido detidos para sua própria protecção.

Em Março membros da ONG Associação Mãos Livres afirmaram terem sido vítimas de ameaças e de vandalismo contra pelo menos um carro. As vítimas pensavam que o incidente se devia à manifestação do dia 7 de Março e a outras actividades relacionadas com os direitos humanos.

No dia 25 de Maio o grupo liderado por jovens, Movimento Revolucionário para a Intervenção Social (MRIS), planeou uma manifestação na Praça da Independência em Luanda para protestar contra as más condições de vida. A polícia deteve vários organizadores: dois músicos, um jornalista da rádio independente *Despertar*, ligada à UNITA, e outro cidadão. Os quatro detidos foram libertos no mesmo dia sem terem sido acusados. Depois regressaram à Praça da Independência e a manifestação continuou sem interferência da polícia.

No dia 3 de Setembro o MRIS e cerca de 200 pessoas manifestaram-se sob o slogan "32 anos bastam", uma referência ao número de anos que o Presidente encontrava no poder. A polícia deteve 24 pessoas, incluindo, pelo menos, um dos organizadores. Em conformidade com várias notícias, a polícia feriu alguns manifestantes e jornalistas e destruiu equipamento da comunicação social. Um tribunal de Luanda condenou cinco pessoas a três meses de prisão e multas e danos totalizando quase 10.000 kwanzas (\$105) por resistirem à prisão e, alegadamente, causarem lesões corporais a quatro polícias durante a manifestação. O tribunal também condenou 13 pessoas a 45 dias de prisão por desobediência. Dois menores foram condenados a dois anos com pena suspensa. Três dos manifestantes acusados foram absolvidos por falta de provas. No dia 14 de Outubro o Supremo Tribunal anulou as condenações por falta de provas e os manifestantes foram libertados.

### **Liberdade de associação**

A Constituição e a lei prevêm o direito à associação e, em geral, o governo respeitou este direito na prática. Apesar disso, os atrasos consideráveis, e inexplicáveis, no processo de registo das ONG continuaram a ser um problema. De acordo com um inquérito realizado em 2011, cerca de 70 por cento das ONG que actuam no país estavam devidamente certificadas pelo Ministério da Justiça. As restantes não conseguiam obter a certificação mas tinham autorização para funcionar.

Por vezes o governo restringiu arbitrariamente as actividades das associações que considerava subversivas, recusando a concessão de licenças para actividades organizadas. Durante o ano os partidos da oposição geralmente tiveram autorização para organizarem e realizarem reuniões; no entanto, os dirigentes da oposição continuaram a relatar a existência de obstruções ao exercício livre do direito de reunião dos seus partidos. Por exemplo, as autoridades locais ameaçaram os participantes nessas reuniões.

### **c. Liberdade de Religião**

Consulte o *Relatório Internacional Sobre Liberdade Religiosa* do Departamento de Estado em [www.state.gov/j/drl/irf/rpt/](http://www.state.gov/j/drl/irf/rpt/).

### **Liberdade de Movimentos, Pessoas Internamente Deslocadas, Protecção de Refugiados, e Apátridas**

A Constituição e a lei contemplam a liberdade de movimentação dentro do país, as viagens para o estrangeiro, a emigração e a repatriação; no entanto o governo por vezes restringe a aplicação prática destes direitos. Durante o ano o governo fez melhoramentos na rede de estradas e diminuiu o número de postos de controlo fronteiriço entre as províncias. O governo cooperou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para Migrações e outras organizações humanitárias na disponibilização de protecção e assistência a pessoas deslocadas internamente (PDI), refugiados repatriados, requerentes de asilo e outras pessoas em situação de fragilidade.

Movimentação no país: A extorsão e o assédio nos postos de controlo governamentais nas áreas rurais e nos postos de controlo das fronteiras provinciais e internacionais interferiram com o direito de viajar. A extorsão por parte da polícia era normal nas cidades das principais rotas comerciais. O governo e as companhias de segurança privadas restringiram o acesso às áreas demarcadas de

concessão de diamantes. Geralmente, aos cidadãos que vivem perto dessas áreas era negado todo o acesso, incluindo para obtenção de água.

As minas terrestres e outros resíduos de guerra explosivos da guerra civil continuaram a impedir a liberdade de movimentação nas áreas rurais.

### **Pessoas Internamente Deslocadas (PDI)**

A nível oficial não se registaram números significativos de PDI. A maioria dos angolanos anteriormente considerados PDI ou regressou a casa ou não tinha intenção de regressar à sua área de origem porque considerava que os novos locais eram a sua casa. Alguns dos que desejariam regressar às suas casas afirmaram que a falta de infra-estruturas físicas e de serviços governamentais, como cuidados de saúde e a presença de minas terrestres, os haviam dissuadido de regressar.

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) é o principal responsável pelos retornados e por quaisquer PDI restantes, assim como pelos programas de habitação e repovoamento; no entanto, os seus esforços continuam a ser inadequados. O ministério delegou a sua principal responsabilidade nos governos provinciais para assegurar o repovoamento seguro e voluntário das PDI em áreas sem minas terrestres e com acesso a água, terra arável, mercados e administração estatal adequada.

O governo não restringiu os esforços de ajuda por parte dos grupos internacionais de ajuda humanitária. Contrariamente aos anos anteriores, o governo permitiu o acesso por parte das organizações internacionais, aos campos de refugiados, centros de boas-vidas a retornados e locais de passagem fronteiriços para realização de missões de avaliação. Numa ocasião foi negado o acesso a estas instalações às missões diplomáticas.

### **Protecção dos Refugiados**

Em Fevereiro todos os angolanos retornados que haviam deixado a RDC em fins de 2009 encontravam-se estabelecidos em comunidades, principalmente nas províncias do Uige e Zaire. As autoridades governamentais e os retornados informaram, em 2011, que os retornados tinham recebido alguma assistência do MINARS e de organizações internacionais mas ainda necessitavam de assistência jurídica para regularizarem a sua situação, bem como de artigos para reiniciarem as suas carreiras, educação e formação linguística, materiais agrícolas e materiais de construção.

Em Outubro de 2009 o governo e a UNHCR retomaram os esforços conjuntos para repatriarem milhares de refugiados que continuavam fora do país desde a guerra civil. Estes esforços continuaram e durante o ano regressaram refugiados angolanos da Namíbia, da Zâmbia, da República do Congo e da RDC. De acordo com as estatísticas da UNHCR, no fim do ano continuavam nos países vizinhos cerca de 100.000 refugiados angolanos. O governo cooperou com a UNHCR nos programas de repatriação voluntária de refugiados e de reintegração, mas as operações foram significativamente atrasadas pelas restrições financeiras e falta de apoio à reintegração dos retornados.

Acesso a Asilo: A lei do país contempla a concessão de asilo ou de estatuto de refugiado e o governo estabeleceu um sistema para protecção dos refugiados. O país albergou quase 15.000 refugiados e mais de 4.000 asilados, sendo a maioria da RDC.

Não expulsão: O governo disponibilizou alguma protecção contra a expulsão ou repatriação de refugiados para países onde a sua vida ou liberdade seriam ameaçadas devido à sua raça, religião, nacionalidade, filiação num grupo social específico ou opinião política.

Emprego: Não foram impostas restrições formais à procura de emprego por parte dos refugiados. Por vezes os refugiados enfrentaram dificuldades na obtenção de emprego devido à falta de documentação legal necessária para trabalhar no sector formal e à dificuldade em obter essa documentação.

Acesso a Serviços Básicos: As pessoas com um estatuto reconhecido de refugiado podiam beneficiar dos serviços públicos. Por vezes os refugiados enfrentaram dificuldades na obtenção de acesso a serviços públicos como a saúde e a educação devido à falta de documentação legal.

### **Secção 3. Respeito pelos Direitos Políticos: O Direito dos Cidadãos a Mudarem de Governo**

A Constituição e a lei concedem aos cidadãos o direito de mudarem o seu governo de forma pacífica. Os cidadãos tiveram oportunidade de exercer o direito de eleição de representantes legislativos em 2008. A Constituição prevê que as primeiras eleições aos níveis municipal e provincial decorram em conformidade com o princípio do "gradualismo" em que as eleições locais são faseadas em províncias e municípios com base em calendários variáveis. No entanto, o direito a

eleger líderes locais continuou a ser restrito e as eleições não ocorreram aos níveis provincial ou municipal.

### **Eleições e Participação Política**

Eleições Recentes: Após ter adiado as eleições legislativas durante dois anos, o governo realizou as suas primeiras eleições pós-guerra em 2008. O MPLA, o partido que se encontra no poder, ganhou com 81.6 por cento dos votos. Observadores nacionais e internacionais informaram que a votação decorreu com normalidade por todo o país e de uma forma geralmente credível apesar de o partido no poder desfrutar de vantagens devido ao controlo estatal dos principais órgãos da comunicação social e outros recursos. A ocorrência de graves falhas logísticas manchou a votação na capital, Luanda. Os partidos da oposição criticaram muitos aspectos do processo eleitoral, incluindo o controlo estatal dos principais órgãos de comunicação social, o atraso na disponibilização dos fundos públicos para as campanhas, a falha da Comissão Nacional de Eleições (CNE) na certificação de alguns observadores eleitorais da oposição e da sociedade civil, e a decisão de última hora por parte da CNE de anular o requisito legal da utilização de um registo de eleitores para verificar a identidade e residência dos eleitores nas mesas de voto. Apesar destas e de outras irregularidades, as eleições decorreram de forma pacífica e votaram mais de 87 por cento dos eleitores registados. Em geral, os partidos da oposição aceitaram os resultados eleitorais.

Os observadores previam que fossem realizadas eleições presidenciais em 2009. No entanto, isso não aconteceu devido ao atraso para acomodar a reforma constitucional. A nova Constituição pressupõe a realização de eleições no prazo de cinco anos a contar das últimas eleições e estas foram marcadas para fins de 2012. Os eleitores irão eleger candidatos de listas partidárias em que o candidato presidencial figura no topo da lista.

Partidos Políticos: O partido no poder, o MPLA, dominou todas as instituições políticas. O poder político estava concentrado na Presidência e no Conselho de Ministros, através do qual o Presidente exercia o poder executivo. O Conselho pode promulgar leis, decretos e resoluções, assumindo, na generalidade, as funções normalmente associadas ao poder legislativo. A Assembleia Nacional é formada por 220 deputados eleitos por um sistema de representação proporcional de acordo com um sistema de lista partidária. Este órgão tem autoridade para redigir, debater e aprovar legislação mas, na prática, em geral, as leis foram redigidas e propostas pelo poder executivo para aprovação na Assembleia. Após as eleições legislativas

de 2008, os deputados da oposição detinham menos de 20 por cento dos assentos parlamentares.

Os partidos da oposição afirmaram que os seus membros foram sujeitos a assédio, intimidação e ataques por apoiantes do MPLA. A UNITA continuou a argumentar que o MPLA não tinha cumprido os termos do acordo de paz de 2002 e que não existiam os serviços sociais e assistência necessários para os ex-combatentes serem reintegrados na sociedade. Os ex-combatentes também revelaram dificuldades na obtenção de pensões devido a atrasos burocráticos ou discriminação. Foi negado o acesso a serviços de utilidade pública como água e electricidade às sedes da UNITA em pelo menos três províncias. Durante o ano, a UNITA divulgou que os seus membros foram vítimas de intimidação e assédio.

Em Fevereiro, A UNITA alegou que pelo menos nove dos seus apoiantes tinham sido mortos na província do Huambo por razões políticas, no ano anterior. Uma comissão parlamentar enviada para investigar as alegações não encontrou sinais de intolerância política na província do Huambo. No entanto, a sociedade civil criticou o relatório.

Membros do partido da oposição e autoridades da sociedade civil citaram exemplos de intolerância política durante o processo eleitoral de 2008.

Participação das Mulheres e das Minorias: Dos 220 deputados da Assembleia Nacional, 79 eram mulheres (36 por cento), excedendo a quota de 30 por cento recomendada pelas Nações Unidas. Seis mulheres serviam como governadoras ou vice-governadoras e 20 eram oficiais a nível executivo (ministras, secretárias de Estado, funcionárias nomeadas pelo governo).

O país tem três grupos linguísticos dominantes: o Ovimbundu, o Mbundu e o Bakongo, que juntamente constituem cerca de 77 por cento da população. Todos se encontram representados no governo. Outros grupos também fazem parte da governação a nível nacional. Havia seis membros de grupos étnicos mais pequenos na Assembleia Nacional e um membro minoritário no governo, que era Chokwe. Os partidos políticos deviam estar representados nas 18 províncias; no entanto, a maioria dos partidos políticos tinham círculos eleitorais limitados a nível nacional. De acordo com a lei nenhum partido político podia limitar a filiação partidária com base na etnia, raça ou género.

#### **Secção 4. Corrupção das Autoridades e Transparência Governamental**

A lei contempla a aplicação de sanções penais às autoridades corruptas; no entanto, o governo não implementou estas leis com eficácia e as ONG e os meios de comunicação locais e internacionais informaram que as autoridades envolvidas em práticas corruptas ficaram impunes.

Apesar da percepção generalizada de que a corrupção governamental era endémica a todos os níveis foram raros os casos de instauração de acções penais. Até ao final do ano não tinha sido acusado ou condenado por corrupção qualquer alto funcionário, o que deu força à crença popular que as autoridades eram incapazes de aplicar a lei. O Tribunal Financeiro era a agência governamental responsável pelo combate à corrupção governamental; no entanto, o DNIC também investigou alguns casos.

A corrupção governamental era generalizada e a responsabilização era limitada devido à falta de mecanismos de controlo e de capacidade institucional, bem como a uma cultura de impunidade. O poder judicial é corrupto e sujeito a influências políticas e conflitos de interesse.

Em Julho, o governador de Luanda, José Maria dos Santos, foi demitido após exercer o cargo durante apenas oito meses. Os órgãos de comunicação social divulgaram que ele tentara extorquir \$25 milhões a um construtor israelita que precisava de uma licença de construção. Ele foi, alegadamente, despedido, não pela tentativa de extorsão mas porque, ao fazê-lo, invocou o nome de um dos conselheiros mais próximos do Presidente. Não foram apresentadas queixas contra o governador.

Joaquim Ribeiro, ex-comandante da Polícia Provincial de Luanda, foi demitido e acusado de mandar matar um agente policial. De acordo com a imprensa privada, Ribeiro estava sob investigação por desvio de fundos públicos e mandou matar o agente porque este tinha informações incriminatórias contra ele. Ribeiro continuou na prisão acusado de homicídio e desvio de fundos e o julgamento ainda estava em processo em finais do ano passado.

Em 10 de Outubro, David Mendes, do Partido Popular (um partido da oposição), apresentou uma queixa crime na Procuradoria-Geral contra o Presidente dos Santos e Elísio Figueiredo (cidadão português conselheiro do Presidente dos Santos), Pierre Falcone (cidadão francês negociante de armas) e Manuel Vicente (presidente da empresa petrolífera estatal Sonangol) pelo seu envolvimento no desvio de fundos públicos no valor de mais de \$775 milhões. Até ao final do ano o Procurador-Geral ainda não tinha respondido.

Em Outubro de 2010 o Presidente demitiu o Ministro do Interior e o Director-Geral da Imigração por terem autorizado a extradição ilegal de um cidadão português de São Tomé e Príncipe. A comunicação social divulgou que o português tinha sido acusado de desviar fundos de um comerciante local que também tinha negócios com o Ministro do Interior. Apesar do comunicado presidencial declarar que a extradição fora ilegal, não foram feitas quaisquer acusações contra as autoridades governamentais envolvidas no caso. Além da demissão, não foram tomadas quaisquer outras acções contra os dois ministros.

Em Março de 2010, a Assembleia nacional aprovou uma lei sobre a probidade pública que requer que a maioria das autoridades oficiais declarem os seus bens ao Procurador-Geral. No entanto, as informações não foram divulgadas ao público durante o ano e o presidente, o vice-presidente e o presidente da Assembleia Nacional estão isentos de obediência à lei.

O governo fez alguns progressos na transparência das suas operações económicas, em grande parte devido às medidas implementadas ao abrigo de um acordo de empréstimo obtido com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2009.

Como condição para o empréstimo, a empresa petrolífera estatal Sonangol publicou as suas demonstrações financeiras auditadas de 2009 e 2010 no seu sítio da Internet. Até ao fim do ano o governo não tinha começado a eliminar gradualmente as actividades parafiscais da Sonangol e a concentrar essas operações no governo central. O governo publicou *online* uma detalhada contabilidade "bloco por bloco" das receitas mensais que recebeu da produção petrolífera da Sonangol, mas os críticos salientaram que os números publicados pelos Ministérios do Petróleo e das Finanças e pela Sonangol eram contraditórios, debilitando o objectivo de transparência. No entanto, continuou a registar-se uma significativa falta de transparência no processo geral da aquisição e utilização dos empréstimos, por parte do governo, tanto de bancos privados, como de governos estrangeiros.

Em Dezembro o FMI divulgou que nas contas fiscais do governo, de 2007 a 2010, haviam desaparecido \$32 milhares de milhões, em grande parte em resultado de declarações incorrectas de transferências da Sonangol para o tesouro nacional.

Para monitorizar e controlar as despesas de uma forma mais eficaz o Ministério das Finanças continuou a implementar o Sistema Financeiro Integrado, concebido para registar todas as despesas do governo central.

As demonstrações financeiras da Endiama, a empresa paraestatal de diamantes do Estado, não foram divulgadas ao público. Continuaram a registar-se graves problemas de transparência na indústria dos diamantes, particularmente no que diz respeito à alocação da exploração, produção, direitos de aquisição e declaração de receitas.

O clima empresarial continuou a favorecer os que se encontravam ligados ao governo. Os ministros e outros funcionários superiores continuavam a ser sócios, de uma forma usual e aberta, de companhias reguladas pelos seus respectivos ministérios, ou que negociavam com eles. Existem leis e regulamentos sobre os conflitos de interesses mas não são impostos na generalidade. A pequena corrupção entre as forças policiais, os professores e outros funcionários do Estado era generalizada. A polícia extorquiu dinheiro aos cidadãos e aos refugiados e as autoridades prisionais extorquiram dinheiro aos familiares dos detidos. (Consultar secções 1.c., 1.d., e 2.d.).

Tal como no ano anterior, houve relatos credíveis de que altos funcionários tinham recebido subornos substanciais de empresas privadas a quem tinham sido concedidos contractos governamentais. De acordo com as notícias divulgadas pela imprensa, em Outubro o presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Aguinaldo Jaime, foi demitido devido a conflitos de interesses decorrentes do seu envolvimento num contrato de um projecto imobiliário, Bem Morar, aprovado pela ANIP.

A lei permite o acesso do público às informações do governo; no entanto, as informações colocadas na maioria dos sítios da internet do governo continuam a ser limitadas. As leis são tornadas públicas através da publicação no diário oficial; esta publicação pode ser comprada por um preço baixo mas não se encontra *online*.

### **Secção 5. Atitude do Governo Face à Investigação Internacional e Não-governamental de Alegações de Violação dos Direitos Humanos**

Actuaram por todo o país vários grupos de direitos humanos nacionais e internacionais. Alguns dos que se encontravam a investigar a corrupção governamental e as violações dos direitos humanos alegaram interferência governamental nas suas actividades.

As ONG locais promoveram e defenderam activamente os direitos humanos durante o ano, defendendo os direitos constitucionais, documentando as condições

das prisões, protestando contra as condições laborais, prestando aconselhamento jurídico grátis, pressionando os oficiais governamentais e publicando os relatórios das investigações.

A Lei de Associação exige que as ONG especifiquem o seu mandato e áreas de actividade. O governo usou esta cláusula para impedir ou desencorajar as ONG estabelecidas de se envolverem em certas actividades, especialmente aquelas que eram politicamente sensíveis ou relacionadas com temas eleitorais. As autoridades governamentais ameaçaram banir as ONG que determinou estarem a actuar fora do seu mandato ou não actuassem nas áreas para que haviam sido criadas; no entanto, os líderes das ONG suspeitaram que o objectivo era silenciar as suas críticas. Não foram banidas quaisquer ONG durante o ano.

O governo permitiu que as ONG locais existissem e trabalhassem na área dos direitos humanos. No entanto, muitas ONG foram forçadas a reduzir o âmbito do seu trabalho porque enfrentaram problemas para se registar, foram sujeitas a formas subtis de intimidação e arriscaram formas mais graves de perseguição e encerramento.

O governo prendeu e perseguiu os trabalhadores das ONG. Por exemplo, no dia 8 de Março assaltantes desconhecidos ameaçaram activistas e membros da ONG Associação Mãos Livres, defensora dos direitos humanos. O carro do chefe foi vandalizado.

Ao contrário do ano anterior, o governo criticou as ONG nacionais e internacionais.

Houve relatos da presença da polícia e dos militares nas reuniões comunitárias com ONG internacionais, especialmente em Cabinda.

A Mpalabanda, uma organização da sociedade civil anteriormente sediada em Cabinda, continuou proibida. O seu registo foi rescindido em 2006 quando se juntou ao Fórum Cabindes para o Diálogo, uma organização de cúpula que negociou a paz com o governo. O governo determinou que a Mpalabanda estava a actuar como entidade política, fora do âmbito do seu mandato legal como organização da sociedade civil. Os apoiantes da Mpalabanda continuaram a divulgar declarações através da internet e a frequentar fóruns públicos durante o ano. Os ex-dirigentes sofreram intimidações e perseguições pouco severas durante o ano. Por exemplo, quatro dos sete indivíduos detidos em Cabinda por ligações ao ataque à equipa de futebol do Togo eram antigos membros da Mpalabanda. Em

Dezembro a Mpalabanda pediu ao Supremo Tribunal para reexaminar a decisão de 2006.

A ONU e outros Órgãos Internacionais: O governo cooperou com organizações governamentais internacionais e autorizou visitas por parte de representantes da ONU. Em 2008, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRO) encerrou a sua delegação após uma decisão governamental de não concessão de um mandato completo à delegação. A decisão de encerrar a delegação contradisse directamente as promessas governamentais de trabalhar mais estreitamente com o UNHRO, feitas quando Angola obteve um mandato de três anos no Conselho dos Direitos Humanos da ONU em 2007. As autoridades permitiram que os oficiais da ONU monitorizassem os direitos humanos. Em Março, a representante especial da Secretária-Geral Margot Wallstrom visitou o país após alegações de abusos no Lunda Norte. Um representante do UNHRO também fez uma visita em Novembro.

O governo restringiu o acesso de observadores de ONG internacionais ao país. Por exemplo, em Agosto, oficiais da imigração negaram a entrada no país a 17 activistas para participarem num fórum da sociedade civil relacionado com a cimeira da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. De acordo com a imprensa, as autoridades confiscaram os relatórios que um activista do Zimbábue transportava. Os oficiais da imigração alegaram que nenhum dos activistas tinha vistos válidos. Em Agosto foi negada a entrada para participar num workshop a dois jornalistas moçambicanos com vistos válidos.

Algumas ONG internacionais indicaram grandes atrasos na obtenção de vistos, apesar dos atrasos não serem significativamente mais longos do que os experimentados por outros estrangeiros.

Órgãos Governamentais dos Direitos Humanos: Aparentemente, o comité da Assembleia Nacional sobre os Direitos Humanos concentrou-se muito nos direitos humanos; no entanto, não emitiu qualquer relatório. Uma comissão interministerial para os direitos humanos reúne-se regularmente e prepara relatórios para a ONU e outras organizações internacionais.

## **Secção 6. Discriminação, abusos sociais e tráfico de pessoas**

A Constituição e a lei proíbem a discriminação baseada na raça, género, religião, deficiência, idioma ou estatuto social; no entanto, o governo não impôs estas proibições com eficácia. Verificaram-se problemas como a violência e a discriminação contra as mulheres, o abuso infantil, a prostituição infantil, o tráfico

de pessoas e a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e pessoas indígenas.

## **Mulheres**

Violação e Violência Doméstica: A violação sexual, incluindo a violação conjugal, é ilegal e punível com uma pena que pode ir até oito anos de prisão; no entanto, a escassez de recursos de investigação, as deficientes capacidades forenses e um sistema judicial ineficaz impediram a acusação na maioria dos casos. A Organização das Mulheres Angolanas dirigiu um abrigo em Luanda que oferecia serviços especiais para as vítimas de violação. Em 2009 o comissário da polícia em Luanda calculou que ocorriam diariamente 10 casos de violação a nível nacional. No entanto, é provável que a verdadeira incidência dos casos de violação seja muito mais alta. O Ministério da Justiça uniu esforços com o Ministério do Interior para aumentar o número de mulheres polícia e melhorar a resposta da polícia às alegações de violação.

A violência doméstica contra as mulheres, incluindo o abuso conjugal, era generalizada e ocorria tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Em Junho foi aprovada uma lei que proíbe a violência doméstica; a lei não distingue entre homens e mulheres. No fim do ano, as sanções a aplicar em caso de violação da lei ainda não tinham sido finalizadas.

Um estudo preliminar de 2007 sobre violência doméstica em Luanda indicou que 78 por cento das mulheres sofrera algum tipo de violência desde os 15 anos de idade. Vinte e sete por cento das mulheres inquiridas relataram que sofreram abusos nos 12 meses antecedentes ao estudo; entre as mulheres que vivem nos arredores pobres de Luanda, 62 por cento relataram abusos durante o mesmo período de tempo. Durante 2010 a polícia registou 831 casos de violência doméstica. O Ministério da Família e Promoção da Mulher registou mais de 6.000 casos de violência doméstica em 2010. De acordo com uma notícia publicada na imprensa, 80 por cento destes casos deviam-se a delitos menores e 99.5 por cento das vítimas eram mulheres. Crê-se que as estatísticas policiais e ministeriais subestimam o número de casos de violência doméstica uma vez que muitas, se não a maioria das vítimas, crêem que as autoridades não as ajudariam e temem represálias se denunciarem os abusos. Os maridos de facto, e namorados, perpetraram a maioria dos casos de violência. O ministério, em conjunto com a Ordem dos Advogados Angolanos, manteve um programa de assistência legal gratuita às mulheres vítimas de abusos e manteve abertos centros de aconselhamento para ajudar as famílias a lidar com o abuso doméstico. Não se

encontram disponíveis estatísticas sobre condenações por violência contra as mulheres

Mutilação Genital Feminina (MGF): Não se considera que a MGF tenha sido amplamente praticada; no entanto foram denunciados casos em áreas rurais.

Outras Práticas Tradicionais Nocivas: Os líderes religiosos nas províncias do Lunda Norte e do Uige relataram a ocorrência ocasional de violência por parte da sociedade contra idosos, bem como mulheres e crianças pobres das zonas rurais, sendo a maioria dos casos resultante de acusações de feitiçaria. Algumas mulheres foram mortas, espancadas ou expulsas das suas famílias ou morreram devido a maus tratos e desnutrição. Os líderes religiosos que oferecem abrigo às vítimas em locais ligados à igreja informaram que a polícia não agiu por recear que as mulheres pudessem praticar feitiçaria contra eles. De acordo com um artigo publicado num jornal em 2009, os padres mataram mais de 400 pessoas ao praticarem curas "baseadas na fé" que envolvem rituais violentos, espancamentos e veneno.

Assédio Sexual: O assédio sexual era comum e não é ilegal. No entanto, esses casos podem ser julgados como ataques, ofensas corporais e difamação.

Direitos de Reprodução: Os casais e os indivíduos podem decidir livre e responsabilmente o número de filhos que querem ter, bem como quando os querem ter e o intervalo de tempo entre eles; e têm acesso à informação e aos meios para o fazerem, livres de discriminação, coacção ou violência. As mulheres têm acesso à contraceção. De acordo com um estudo de 2011, 6 por cento das mulheres usaram métodos contraceptivos. De acordo com o mesmo estudo, 47 por cento das mulheres que deram à luz tiveram quatro ou mais consultas pré-natais. Aproximadamente 67 per cento das mulheres consultaram uma pessoa qualificada pelo menos uma vez, 49 por cento dos nascimentos foram assistidos por uma pessoa qualificada e 42 por cento deram à luz num centro médico. De acordo com os cálculos da ONU, em 2008 a taxa de mortalidade materna no país foi de 610 mortes por 100.000 nados vivos. É provável que a alta taxa de mortalidade materna se deva ao acesso inadequado aos centros de saúde antes, durante, e depois do parto. O risco de mortalidade materna era de uma em 29 mulheres. Não foram divulgados relatos de práticas de planeamento familiar coercivas como infanticídio feminino ou esterilização coerciva. Não existiam barreiras legais, sociais, culturais ou outras que tenham limitado o acesso a estes serviços. Não se encontram disponíveis informações sobre as medidas governamentais relativas aos serviços de

saúde reprodutiva ou ao diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmitidas, incluindo o VIH.

Discriminação: Ao abrigo da Constituição e da lei as mulheres desfrutam dos mesmos direitos que os homens; no entanto, a discriminação social contra as mulheres continuou a ser um problema grave, particularmente nas áreas rurais. Não havia mecanismos eficazes para fazer cumprir as leis de apoio económico ao sustento dos filhos e, geralmente, recaía sobre as mulheres a responsabilidade principal de criar os filhos. Além disso, os Ministérios do Trabalho e da Saúde publicaram um decreto executivo com uma lista dos tipos de trabalhos proibidos às mulheres.

A lei determina salário igual para trabalho igual; no entanto, em geral as mulheres desempenharam funções de baixo nível nas indústrias estatais e no sector privado, ou trabalharam no sector informal. Num esforço interministerial coordenado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, o governo realizou várias campanhas de informação sobre os direitos das mulheres e o abuso doméstico e promoveu workshops e sessões de formação nacionais, provinciais e municipais durante o ano.

## **Crianças**

Registo de Nascimentos: A cidadania pode ser obtida por nascimento no território nacional ou por intermédio dos pais. No entanto, o governo não regista todos os nascimentos imediatamente e os activistas revelaram que muitas crianças urbanas e rurais continuavam por registar. 30 por cento dos menores de cinco anos não estavam documentados, de acordo com um estudo realizado em 2009. O governo não permitiu o acesso ao sistema educativo às crianças não documentadas e o preço das certidões de nascimento e dos bilhetes de identidade continuou a ser proibitivo para as famílias pobres. Apesar do esforço de registo ter terminado em 2004, o governo manteve a parceria com a UNICEF de modo a identificar e ajudar as crianças não documentadas e a prestar subsídios limitados para ajudar as famílias com necessidades financeiras comprovadas. Durante o ano o governo implementou um plano anterior para disponibilizar certidões de nascimento em centros de saúde e maternidades.

Educação: A educação é grátis e obrigatória para as crianças documentadas até ao sexto ano, mas, em geral, os alunos tinham muitas despesas adicionais. As infra-estruturas educacionais continuavam em mau estado. Não havia escolas e professores suficientes para o ensino primário para todos. Um estudo independente

realizado nos finais do ano indicou que 18 por cento dos rapazes e 13 por cento das raparigas se matricularam no ensino secundário ou superior. O mesmo estudo indicou que 25 por cento da população em idade escolar não frequentava a escola durante o ano. Um inquérito de 2009 indicava que a taxa de desistência anual se situava em 1.3 por cento por ano.

As crianças de qualquer idade numa área urbana tinham mais probabilidades de frequentar a escola do que as crianças nas áreas rurais. As crianças em áreas rurais geralmente tinham falta de acesso à educação secundária. Mesmo nas capitais provinciais não existiam salas de aula suficientes para todas as crianças. Foram relatados casos de famílias que pagaram subornos às autoridades educativas para assegurarem aos filhos uma vaga na sala de aula. De acordo com a UNESCO as matrículas de rapazes eram em maior número do que as das raparigas, especialmente a nível do ensino secundário.

Abuso Infantil: O abuso infantil era generalizado. Os relatos de abuso físico no seio da família eram um lugar-comum e a maioria das autoridades locais toleravam-no. A religião e as superstições desempenharam um papel importante no abuso infantil. O abuso de crianças acusadas de feitiçaria continuou a ser um problema. As crianças acusadas de feitiçaria foram sujeitas a abusos tais como isolamento em relação às suas famílias, recusa de água e comida, cortes ritualistas e a colocação de vários óleos cáusticos ou pimenta nos olhos e orelhas. Por vezes, as crianças morreram durante os rituais de "exorcismo". A maioria dos casos de abuso relacionados com as crenças tradicionais ocorreu nas províncias de Luanda, Uige e Zaire. As crianças vulneráveis, como os órfãos, ou os que não tinham acesso à saúde ou à educação, eram mais frequentemente vítimas de práticas que envolviam feitiçaria. Os líderes governamentais e religiosos apelaram ao fim destas práticas mas a influência das crenças tradicionais continuava forte.

Casamento Infantil: A idade legal para contrair matrimónio, com autorização dos pais, é de 15 anos. O governo não fez cumprir esta restrição eficazmente e a idade tradicional para casamento em grupos de baixos recursos coincidiu com o início da puberdade. O casamento por direito consuetudinário foi praticado regularmente.

Práticas Tradicionais Nocivas: Em 2010, 55 crianças em Sanza-Pombo, na província do Uige, foram acusadas de serem bruxas. Um padre congolês acorrentou e torturou 12 delas por serem bruxas e, como tal, perigosas para as suas famílias. Não foi iniciada qualquer acção contra o padre.

As igrejas, muitas delas sediadas na RDC, convenceram as famílias pobres que viviam nas áreas rurais e nas cidades dos arredores que os filhos tinham poderes sobrenaturais – o que levou a alegações de que estas crianças praticavam feitiçaria. De acordo com o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAC), algumas seitas religiosas foram proibidas em 2010 porque colocavam em risco a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Apesar da proibição destas seitas religiosas, as informações esporádicas sobre crianças acusadas da prática de feitiçaria continuaram, especialmente nas províncias do Norte. No entanto, o INAC divulgou que os incidentes envolvendo feitiçaria diminuíram em 70 por cento entre 2003 e 2010. O INAC também divulgou que tinha sido preso um número desconhecido de indivíduos por alegarem que as crianças cometiam feitiçaria.

Exploração Sexual de Crianças: Todas as formas de prostituição infantil são ilegais; no entanto, as ONG locais expressaram preocupação com a prostituição infantil, especialmente nas províncias de Luanda, Benguela e Cunene.

As relações sexuais entre um adulto e um menor de 12 anos são considerados estupro. As relações sexuais com uma criança entre os 12 e os 15 anos podem ser consideradas abuso sexual, sendo os acusados sujeitos a sentenças de até oito anos na prisão; no entanto, os limitados recursos de investigação e um sistema judicial inadequado impediram a acusação na maioria dos casos. Não houve conhecimento de acusações durante o ano.

Em 2007 o governo criou o Conselho Nacional da Infância, uma comissão interministerial concebida para definir prioridades e coordenar as políticas do governo para combater todas as formas de violência contra as crianças, incluindo o trabalho infantil ilegal, o tráfico e a exploração sexual.

Raptos Internacionais de Crianças: O país não subscreveu a Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.

### **Anti-Semitismo**

Existe uma comunidade hebraica com cerca de 450 a 500 pessoas, principalmente israelitas. Não foram relatados actos anti-semíticos.

### **Tráfico de Pessoas**

Consulte o *Trafficking in Persons Report* do Departamento de Estado em [www.state.gov/j/tip](http://www.state.gov/j/tip).

## **Pessoas Portadoras de Deficiência**

A lei proíbe a discriminação de pessoas portadoras de deficiência no emprego, educação e acesso a cuidados de saúde ou a outros serviços do Estado, mas o governo não fez cumprir estas proibições. A Constituição menciona pessoas portadoras de deficiência nos artigos 23 (princípio da igualdade), 77 (protecção social e da saúde), 80 (infância), 83 (cidadãos portadores de deficiência) e 84 (ex-combatentes e veteranos). O artigo 83 da Constituição concede às pessoas portadoras de deficiência todos os direitos sem restrição. A Constituição permite que o Estado adopte uma política nacional para prevenir, tratar, reabilitar e integrar as pessoas portadoras de deficiência, prestar auxílio às suas famílias, remover os obstáculos à mobilidade, sensibilizar a sociedade e encorajar o ensino especial e as oportunidades de formação.

As pessoas portadoras de deficiência incluem mais de 80.000 vítimas de minas terrestres. A ONG Handicap Internacional calculou que as pessoas portadoras de deficiência constituíam 10 por cento da população. No entanto, um estudo de 2010 calculou que 2.6 por cento da população sofria de uma deficiência física ou mental. Apenas 30 por cento das pessoas portadoras de deficiência puderam tirar proveito dos serviços prestados pelo Estado, como a reabilitação física, a educação, a formação ou o aconselhamento. De acordo com as estatísticas do MINARS publicada em Dezembro, havia cerca de 150.000 pessoas portadoras de deficiência, a maioria com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, sendo 56 por cento do sexo masculino. Das pessoas portadoras de deficiência, 62 por cento eram portadoras de deficiência física (das quais 75 por cento eram vítimas de resíduos de guerra explosivos e 22 por cento da poliomielite), 28 por cento tinham deficiências sensoriais e 10 por cento sofriam de deficiência mental. A MINARS prestou assistência a cerca de 90.000 pessoas portadoras de deficiência.

O decreto presidencial número 14 protege as pessoas portadoras de deficiência. No entanto, as pessoas portadoras de deficiência tiveram dificuldades em aceder a instalações públicas ou privadas e era difícil a essas pessoas encontrarem emprego ou participarem no sistema educativo. A MINARS tentou dar resposta aos problemas que as pessoas portadoras de deficiência enfrentam, incluindo veteranos portadores de deficiência, e várias entidades governamentais apoiaram programas de assistência a pessoas incapacitadas por minas terrestres. Durante a eleição de 2008 o governo prestou assistência ao voto a pessoas portadoras de deficiência.

## **Indígenas**

Calcula-se que 3.500 pessoas da etnia San viviam em pequenas comunidades dispersas nas províncias de Huila, Cunene e Kuando Kubango. Os San são caçadores-recolectores tradicionais linguística e etnicamente distintos dos cidadãos Bantu. A sua participação na vida política, muito limitada, tem aumentado, e a Ocadec, uma ONG local que defende o povo San, trabalhou com os governos provinciais no sentido de aumentar os serviços às comunidades San e melhorar a comunicação entre estas comunidades e o governo.

### **Abusos Sociais, Discriminação e Actos de Violência com Base na Orientação Sexual e na Identidade de Género**

A lei não criminaliza a homossexualidade, apesar de ser um grande tabu falar desse tema. A Constituição define o casamento como a união entre um homem e uma mulher. As ONG relataram a existência de uma pequena mas secreta comunidade lésbica, gay, bissexual e transexual em Luanda. Um estudo de 2011 relacionado com a saúde dos homens homossexuais em Luanda indicou que quase metade dos homens entrevistados tinham enfrentado homofobia e declararam terem sido vítimas de violência ou discriminação com base na orientação sexual.

### **Outras Formas de Violência ou Discriminação Social**

A discriminação contra os portadores do vírus do VIH/SIDA é ilegal, mas o não cumprimento da lei permitiu às entidades empregadoras discriminarem contra as pessoas com a doença. As ONG locais relataram casos de discriminação contra profissionais portadores de VIH/SIDA. Não houve relatos de violência contra portadores de VIH/SIDA. O Instituto Nacional da Luta Contra o VIH/SIDA realizou campanhas de sensibilização e prevenção do VIH/SIDA. As ONG locais trabalharam para combater a estigmatização e a discriminação contra os portadores do VIH/SIDA.

As pessoas portadoras de albinismo eram vítimas comuns de discriminação, apesar dos grupos religiosos se terem esforçado por acabar com o abuso.

## **Secção 7. Direitos dos Trabalhadores**

### **Liberdade de Associação e Direito a Negociação Colectiva**

A Constituição e a lei estabelecem o direito dos trabalhadores a formarem e tornarem-se membros de sindicatos independentes, e especifica os direitos dos

sindicatos. A lei permite que os sindicatos promovam as suas actividades sem interferência do governo, e concede aos trabalhadores, com excepção dos trabalhadores governamentais, o direito à greve. A lei não proíbe de forma eficaz a retaliação dos empregadores contra os grevistas e permite que o governo force os trabalhadores a voltarem ao trabalho se houver "falhas disciplinares dos trabalhadores" ou participação em greves não autorizadas. A lei protege o direito à negociação colectiva e não existem restrições legais à negociação colectiva. A lei proíbe a discriminação anti-sindical e estipula que as queixas dos trabalhadores sejam julgadas no Tribunal do Trabalho.

Em conformidade com a lei os empregadores têm de aceitar de volta ao emprego os trabalhadores despedidos devido a actividades sindicais. Havia sindicatos de jornalistas, professores e taxistas, entre outros.

A Constituição concede aos trabalhadores o direito a envolverem-se em actividades sindicais, mas o governo pode intervir em disputas laborais que afectem a segurança nacional, particularmente as greves no sector petrolífero. Têm de ser cumpridos procedimentos burocráticos estritos para que uma greve seja considerada legal; o governo pode negar o direito à greve ou obrigar os trabalhadores a regressarem ao trabalho.

Na prática, o governo não protegeu estes direitos, apesar do Ministério do Trabalho ter uma linha de acesso directo para os trabalhadores que crêem que os seus direitos foram violados. É necessária aprovação do governo para se formar um sindicato e o governo admitiu que os sindicatos foram prejudicados por dificuldades de associação e legalização. Os sindicatos independentes dos sindicatos dirigidos pelo governo esforçaram-se por aumentar a sua influência, mas o partido no poder, o MPLA, continuou a dominar o movimento laboral devido às ligações históricas entre o partido e os trabalhadores.

Durante o ano houve vários exemplos de trabalhadores que fizeram greve para reivindicar aumento salarial. O governo contrariou constantemente os esforços dos sindicatos nas negociações colectivas por meio de longos atrasos processuais e a negociação colectiva foi restringida na prática. Além disso, o sistema judicial não fez cumprir estas cláusulas.

O governo é a maior entidade patronal do país e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) assegurava os salários de forma centralizada.

## **Proibição de Trabalho Forçado ou Obrigatório**

A lei proíbe o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o infantil, mas houve relatos de tais ocorrências. O trabalho infantil é punível em conformidade com a lei laboral, apesar de não terem sido punidos quaisquer casos durante o ano. O Ministério da Justiça tem mecanismos de execução eficazes para o sector económico formal; no entanto, a maioria das violações da lei laboral ocorreu fora da economia formal e não foram sujeitas a sanções legais. Houve casos de trabalhos forçados no sector artesanal mineiro de diamantes. Além disso, foram traficados para o país homens e rapazes, e utilizados em trabalhos forçados, especialmente no sector da construção. Também foi divulgado que as crianças trabalharam no sector do carvão e em trabalhos forçados na produção de arroz. Os trabalhadores migrantes ficaram em situação de trabalho forçado nas áreas de extracção de diamantes, particularmente em Lunda Norte e em Lunda Sul. Durante o ano o governo tomou algumas medidas para pôr fim à imigração ilegal e à extracção ilegal de diamantes.

Alguns rapazes angolanos foram levados para a Namíbia para trabalhos forçados na pecuária e forçados a actuar como correios no comércio transfronteiriço ilegal com a Namíbia. Por vezes, os criminosos adultos usaram crianças com idade inferior a 12 anos para actividades criminosas forçadas, uma vez que uma lacuna no sistema judicial impede que os jovens sejam julgados no tribunal. As mulheres e crianças angolanas foram sujeitas a servidão doméstica na África do Sul, na RDC, na Namíbia e em alguns países europeus, nomeadamente Portugal. Consulte o *Trafficking in Persons Report* do Departamento de Estado em [www.state.gov/j/tip](http://www.state.gov/j/tip).

## **Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para o Emprego**

O trabalho infantil no sector formal foi restringido ao abrigo da lei. Em conformidade com o Artigo 282 da lei laboral, o menor deve provar ter mais de 14 anos para obter um contrato de trabalho. A lei proíbe que os menores de 14 anos trabalhem. Apesar das crianças poderem trabalhar dos 14 aos 16 com autorização dos pais, não o podem fazer se o trabalho interferir com as aulas. A lei foi implementada com eficácia no sector formal.

O trabalho infantil, especialmente no sector informal, continuou a ser um problema. A MAPESS tinha controlo dos locais de trabalho formal em todas as 18 províncias e os inspectores deviam verificar a idade dos trabalhadores em todos os locais. Se se determinasse que uma empresa estava a usar trabalho infantil, o caso

era transferido para o Ministério do Interior para investigação e possível acusação. Um número indeterminado de empresas foi advertido ou multado por utilizar trabalho infantil. Apesar da MAPESS, de outras agências governamentais e dos sindicatos terem desenvolvido um plano nacional contra o trabalho infantil, a MAPESS não conseguiu regulamentar o considerável sector informal uma vez que não era do seu âmbito.

Em Outubro de 2010 o jornal *Agora* publicou um estudo efectuado em Benguela segundo o qual nessa província trabalhavam mais de 70.000 crianças. Um inquérito sobre padrões de qualidade de vida publicado em 2010 divulgou que 20.4 por cento das crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos trabalhavam; no entanto, trabalhavam mais crianças nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. O estudo também revelou que os rapazes e as raparigas tinham a mesma probabilidade de trabalhar.

A maioria do trabalho efectuado pelas crianças centrou-se no sector informal. As crianças dedicaram-se a actividades assalariadas, tais como trabalho de agricultura nas propriedades familiares e nas plantações comerciais, pesca, produção de carvão, trabalho doméstico e venda ambulante. As práticas de exploração do trabalho incluíram prostituição forçada, envolvimento na venda ou transporte de drogas ilegais, bem como carga e descarga de mercadoria nos portos e através de postos fronteiriços.

Havia muitas crianças de rua, especialmente nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Kwanza Sul. Os investigadores encontraram crianças a trabalhar nas ruas de Luanda, mas muitas regressavam a uma espécie de local de residência durante a noite. A maioria destas crianças engraxava sapatos, lavava carros, transportava água ou dedicava-se a outra forma de trabalho informal, mas outras dedicavam-se à pequena criminalidade, à esmola e à prostituição.

O inspector-geral da MAPESS é responsável por obrigar a cumprir todas as leis laborais, incluindo dar seguimento às queixas de trabalho infantil. O Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Instituto Nacional da Criança (INAC) desempenham um papel significativo na coordenação da resposta aos casos de trabalho infantil e na protecção das possíveis vítimas. Em última análise, é da competência do Ministério do Interior e do Ministério da Justiça a investigação e condenação dos casos de trabalho infantil, apesar de esse tipo de acusações não terem sido divulgadas durante o ano.

Existe um tribunal separado, sob a tutela do Ministério da Justiça, para as questões relacionadas com as crianças. O Tribunal de Menores de Luanda pronuncia-se sobre casos de menores de 18 anos vítimas de crime. O tribunal de menores também julga casos de menores entre os 12 e os 16 anos acusados de terem cometido crimes. Os tribunais regulares julgam os casos de menores com idades entre os 16 e os 18 anos acusados de cometerem crimes. Não existem tribunais para julgarem casos que envolvam crianças menores de 12 anos. Em muitas províncias rurais não existia uma estrutura separada para tratar de crimes infantis. Nestes casos, os menores podiam, ou ser julgados como adultos, ou ver o seu caso indeferido.

Através do INAC o governo trabalhou para criar, formar e fortalecer redes de protecção de menores aos níveis provincial e municipal em todas as 18 províncias. As redes relataram casos em que tiveram sucesso identificando e retirando crianças de situações de exploração no trabalho, mas não existia qualquer mecanismo para rastrear casos ou disponibilizar estatísticas. O governo também dedicou recursos para a expansão das oportunidades educacionais das crianças e suas famílias. Consulte também *Findings on the Worst Forms of Child Labor* do Ministério do Trabalho em [www.dol.gov/ilab/programs/ocft/tda.htm](http://www.dol.gov/ilab/programs/ocft/tda.htm)

#### **d. Condições de Trabalho Aceitáveis**

O salário mínimo nacional era de 11.044 kwanzas (\$116) por mês para todos os sectores formais. Os trabalhadores dos sectores informais como vendedores ambulantes, agricultura de subsistência e trabalhos domésticos, não são abrangidos pela lei do salário mínimo nacional. A lei do salário mínimo nacional foi implementada com eficácia no sector formal.

De acordo com a lei, a semana de trabalho padrão é de 40 horas com, pelo menos, um período ininterrupto de 24 horas de descanso por semana. Existe um limite de 54 horas de trabalho por semana. O salário exigido para as horas extraordinárias é de uma vez e meia até 30 horas de horas extraordinárias, e uma vez e três quartos das 30 às 40 horas extraordinárias. No sector formal existe a proibição de horas extraordinárias excessivas e obrigatórias definidas como mais de 2 horas por dia, 40 horas por mês ou 200 horas por ano. O governo estabelece os padrões básicos de segurança e saúde ocupacional. Os trabalhadores têm o direito de se retirarem das situações que imponham perigos para a saúde ou segurança, sem colocar em risco a continuidade do seu emprego.

A maioria dos assalariados tinha empregos adicionais, ou dependia da agricultura ou outros sectores informais para aumentar os seus rendimentos. A maioria dos cidadãos obtinha o seu rendimento do sector informal ou da agricultura de subsistência e, por isso, as suas condições laborais não eram abrangidas pela protecção governamental.

Estas normas não foram aplicadas da maneira adequada a não ser que os empregados apresentassem uma queixa formal no MAPESS.

Em Setembro de 2010 a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, sindicato afecto ao MPLA, publicou um relatório sobre as condições laborais que destacava a alta taxa de desemprego, as fracas condições de vida e a desigualdade como problemas que persistiam apesar de várias medidas económicas e nova legislação. Os trabalhadores aperceberam-se que não tinham estabilidade laboral, que os empregadores violavam os seus direitos e que os que não conseguiam arranjar emprego no sector formal tinham de trabalhar no mercado laboral informal.

O Inspector-Geral do Ministério do Trabalho não fez cumprir estas normas de uma forma eficaz. Foram realizadas inspecções, apesar de os regulamentos contra as violações laborais verificadas pelos inspectores não terem sido adequadamente cumpridos. Apesar da lei consagrar esse direito, os trabalhadores foram incapazes de se excluïrem de situações laborais inseguras sem colocarem em risco os seus postos de trabalho.

O Secretário-Geral do Centro Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), um sindicato independente, afirmou que os trabalhadores do sector da construção civil estavam sujeitos a condições laborais perigosas que provocaram muitos acidentes e até mortes. O problema era pior em Luanda, onde se concentra a actividade da construção civil. Havia um controlo inadequado do sector da construção, apesar da MAPESS ter criado comissões para gerir a segurança ocupacional deste sector. Dois oficiais da CGSILA salientaram que os trabalhadores do sector da saúde também estavam sujeitos a condições ocupacionais inseguras e insalubres que faziam com que contraíssem várias doenças ou ficassem doentes.